

ATA Nº 04/2014

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA DOIS DE MAIO DO ANO DOIS MIL E CATORZE.-----

Aos dois dias do mês de maio do ano dois mil e catorze, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia:-----

Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 24/02/14 a 14/04/14; -----

Ponto 2 - Apreciação e votação da Prestação de Contas de 2013; -----

Ponto 3 - Apreciação e votação da Aplicação de Resultados de 2013; -----

Ponto 4 - Apreciação e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2014; -----

Ponto 5 - Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos com as quatro Juntas de Freguesia; -----

Ponto 6 - Apreciação e votação da Propostas de Adesão ao Pacto de Autarcas. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Paz Duarte e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Irene Ribau Esteves. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçoilo e os Vereadores Marcos Ré, Paulo Costa, Beatriz Martins, José Vaz, Ana Bastos e António Pedro Martins.-----

FALTAS: -----

Sofia Senos, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituída, pelo que se lhe segue na lista Hugo Lacerda. -----

Margarida São Marcos, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista Dinis Gandarinho. -----

Bárbara Gabriel, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista Pedro Parracho. -----

Emanuel Costa, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista Luísa Diamantino. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu -se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo a presença de: Fernando Maria Duarte, Luís Pedro Leitão, Carlos Sarabando, João Oliveira, Pedro Parracho, António Flor Agostinho, Hugo Lacerda, António Pinho, Júlio Barreirinha, João Bernardo, Dinis Gandarinho, Sérgio Lopes, Eduardo Conde, Daniel Santiago, Carla Lima, Luísa Diamantino, Lurdes Faneca, Hugo Rocha, Irene Ribau Esteves, João Roque, Amantino Caçoilo, João Campolargo, Carlos António Rocha, Augusto Rocha e Luís Diamantino. -----

A reunião teve início às 21H00. -----

De imediato, deu-se início aos trabalhos da assembleia, retomando a discussão do Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 24/02/14 a 14/04/14; -----

Findas na passada reunião as primeiras intervenções, o Presidente da Assembleia dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Em resposta às questões apresentadas na passada reunião do dia 23 de Abril, aquando da primeira ronda de intervenções dos membros, tece diversos considerandos nomeadamente no que diz respeito aos 500 anos do Foral, ao novo Quartel dos bombeiros que se encontra na fase de aquisição dos terrenos, ao novo Plano Estratégico definindo novos objectivos, à posição do PCI dizendo que todos os terrenos já estão adquiridos, ao caso da Biblioteca dizendo que já foi mais que falado e esclarecido e responde ao membro Sérgio Lopes informa que está para breve a intervenção de reposição de areias na Praia da Barra. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

SÉRGIO LOPES: Lamenta que o processo que decorre em tribunal referente à Biblioteca Municipal ainda esteja por esclarecer, agravando todas as custas inerentes ao mesmo. Sublinha que a decisão judicial sobre o processo não transitou em julgado. Afirma que o processo do terreno da biblioteca é fruto de erros da Câmara Municipal.-----

JOÃO BERNARDO: Afirma discordar dos esclarecimentos prestados pelo Presidente da Câmara Municipal por estes serem parcos e desenquadrados. -----

HUGO ROCHA: Reitera a sua defesa na criação de um posto avançado dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo na Gafanha da Nazaré, solicitando que todos os intervenientes no processo consigam chegar a um entendimento,

permitindo uma resposta mais rápida quando necessária.-----

FLOR AGOSTINHO: Pergunta qual o motivo pelo qual foram substituídas as árvores na Av. Fernandes Lavrador, na Praia da Barra.-----

EDUARDO CONDE: Enaltece a democracia representativa na discussão de todos os processos de âmbito público. Findas as segundas intervenções, o Presidente da Assembleia dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões:-----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Informa o membro Flor Agostinho que as raízes das antigas árvores da Av. Fernandes Lavrador estavam a prejudicar o asfalto, águas pluviais e saneamento, com a concordância dos moradores as mesmas foram substituídas por outras de diferentes espécies e mais apropriadas à orla marítima. -----

Ao membro Sérgio Lopes, diz que a obra de reposição de areias na Praia da Barra é da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente e por ser de interesse do município a pressão por parte da Câmara Municipal tem sido constante, está para breve o início.-----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 2 - Apreciação e votação da Prestação de Contas de 2013;--- Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:-----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Refere que o documento apresentado relata na íntegra a vivência do ano 2013 fruto do trabalho de todo o executivo e dos funcionários da Câmara Municipal. O relatório apresentado resume os quatro anos do anterior mandato e todas as suas vivências, relatando a situação financeira e execução do Plano de 2013.-----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS.-----

LUÍS LEITÃO: Questiona o não cumprimento de norma legislativa, dada a ausência de um Relatório de Revisor Oficial de Contas.-----

Da sua análise verifica que o PAEL foi uma ajuda primordial para regularizar as contas. O investimento foi parco, muito embora se tenha verificado aumento da taxa do IMI e por aí ter havido aumento de receita.-----

JOÃO ROQUE: Solicita esclarecimentos sobre a finalização das infraestruturas da zona industrial da Gafanha de Aquém, o lançamento do concurso e execução da obra do "Parque dos Quiosques" na Barra, em substituição do atual Mercado e a execução dos projetos de recuperação/reconversão de uso dos edifícios dos antigos Lavadouros.-----

SÉRGIO LOPES: Positivamente verifica a diminuição do valor da dívida e a descida dos prazos de pagamento aos fornecedores, a bem da sustentabilidade financeira das empresas.-----

Opina que as contas são o espelho de opções políticas e por isso aguarda que os indicadores sejam sinal de uma mudança estrutural na forma de gerir as finanças da autarquia.-----

JOÃO OLIVEIRA: Tece diversas considerações sobre a forma como as autarquias Têm vindo a gerir os dinheiros públicos, têm as autarquias o dever de estabilizar as suas contas em busca da estabilidade financeira delas próprias e dos privados.-----

CARLA LIMA: Lamenta que sejam os municípios que pagam sempre e pagarão os erros consequentes de uma gestão menos correta, dando como exemplo a aplicação de elevadas taxas municipais, nomeadamente o IMI.-----

HUGO ROCHA: Apoia a aplicação de corretas medidas de gestão, favoráveis à sustentabilidade financeira, dando como exemplo a prioridade nas pequenas obras e melhoramentos, face à sustentabilidade e o facto de existirem já suficientes obras megalómanas.-----

EDUARDO CONDE: Faz uma análise ao documento apresentado e demonstra as opções políticas dizendo que as prioridades na gestão da Câmara se alteraram. Analisa os custos rúbrica a rúbrica, apontando o caminho certo para o corrente ano, citando mais uma vez a redução de despesas.-----

FLOR AGOSTINHO: Pôde verificar que apesar dos vários constrangimentos legais, a autarquia conseguiu manter o investimento municipal, a captação de receitas do QREN, entre outros, favoráveis ao município.-----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Começa por responder ao membro Luís Leitão dizendo que somente a partir de 2014 é que haverá Revisor Oficial de Contas.-----

Relembra que o Plano e Orçamento é um documento previsional e por isso há obras, nomeadamente as enunciadas pelo membro João Roque que não foram levadas a cabo.-----

Afirma igualmente defender a sustentabilidade da autarquia como prioritária e por isso justifica que o PAEL foi uma boa oportunidade em termos de gestão municipal. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as segundas intervenções, para o que se

inscreveram:-----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS-----

JOÃO BERNARDO: Afirma que apesar de se justificar os gastos com muitos investimentos efetuados, o Município de Ílhavo continua a ser daqueles que menos rede de saneamento possui, bem como a falta de rede de transportes.-

LUÍS LEITÃO: Lamenta que a leitura do relatório não seja das mais fáceis, solicitando melhor tratamento no futuro, para uma melhor análise.-----

Demonstra desagrado na aplicação de elevadas taxas aos munícipes, visando o aumento da receita da Câmara Municipal.-----

JOÃO OLIVEIRA: Diz não compreender como é que os resultados do IMI não são orçamentos e por isso considera injusto.-----

FLOR AGOSTINHO: Lamenta que muitas das decisões do Governo não sejam favoráveis às autarquias e aos seus municípios.-----

JOÃO ROQUE: Diz haver uma ausência de obras que estavam programadas e pergunta quais os planos para o Mercado da Barra.-----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-----

3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Lamenta que os membros do PS demonstrem descontentamento com diversas obras concluídas quando em tempo de discussão das mesmas não demonstram qualquer oposição.-----

Informa que há um novo projeto para o mercado da Praia da Barra de revitalização e requalificação.-----

Por motivo de ter tido conhecimento do falecimento de sua mãe, nesta altura da reunião, João Campolargo, Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador abandonou os Trabalhos.-----

Ao tomar conhecimento da nefasta notícia, o Presidente da Mesa lamenta o facto e apresenta um Voto de Pesar, conforme se transcreve:-----

“Ao tomar conhecimento do pedido para se ausentar desta reunião, do Presidente da Junta de São Salvador, João António Filipe Campolargo, por motivo de falecimento de sua mãe, proponho um Voto de Pesar pelo seu falecimento, que submeto a apreciação e subscrição de quem o desejar fazer. 02-05-2014.-Ass) Presidente da Assembleia Municipal.-----

Submetido o voto de pesar foi o mesmo subscrito por todos os presentes nesta reunião.-----

Continuando os trabalhos da Assembleia Municipal o Presidente da Mesa coloca à votação o ponto 2 da Ordem de trabalhos: Apreciação e Votação da Prestação de Contas de 2013.-----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria com treze votos a favor dos membros do PSD, dez abstenções (7 PS, 1 PCP e 2 CDS/PP) e um voto contra do Membro do BE. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta.-----

À Mesa é entregue a seguinte declaração de voto:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

Membros do PS:-----

“A análise ao Relatório e Contas de 2013 permite-nos concluir que em relação ao ano passado é apresentada uma situação muito mais realista, portanto menos penalizadora para o concelho, no que concerne às receitas e às despesas efetuadas pela Câmara Municipal.-----

Por essa razão, observamos que o investimento diminuiu significativamente, o que demonstra a necessidade, fruto da legislação atual implementada por este governo penalizador da ação do poder local, de ajustar a atividade às receitas e um défice das contas públicas que não hipoteque o futuro dos ilhavenses.-----

Como consequência dos constrangimentos legais impostos à Câmara Municipal verificou-se a redução do valor da dívida total, que se situa nos 23.178.437,94 €. Apesar da sua diminuição ainda é um compromisso com consequências negativas para o futuro. Uma dívida desta dimensão tem como consequência um serviço de dívida elevado que, no ano de 2013, ascendeu a € 2.5M., valor significativo que compara com os resultados operacionais que se fixaram em cerca de € 1,5M.-----

O aumento da receita é muito motivado pelo valor absurdamente elevado que os ilhavenses pagam de imposto pelos seus imóveis. Os cidadãos do concelho continuam a pagar um valor que asfixia muitos orçamentos familiares, que serve para cobrir uma gestão financeira da Câmara pouco eficiente e para alimentar custos de apoio autárquico muito elevados.-----

O ano de 2013 ficou longe de marcar uma mudança de políticas em setores em que o concelho é claramente deficitário: a taxa de cobertura do saneamento básico, que envergonha o município no contexto nacional, a rede de transportes que ligue os vários lugares do concelho e uma política de apoio social que ajude as famílias neste momento de grandes dificuldades.-----

Atendendo a que este orçamento é confinado ao último ano do anterior mandato e que estamos num novo ciclo, que nos merece uma análise ainda mais redobrada, o Partido Socialista na votação do relatório e Contas de 2013, abstém-se.-----

Ílhavo, 23 de abril de 2014 -----

Ass) O Grupo Municipal do Partido Socialista”.-----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 3 - Apreciação e votação da Aplicação de Resultados de 2013; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Refere que o documento resulta da aplicação da Lei, explicando que do Resultado Líquido do Exercício, 2,5 milhões de euros, terão de se efetuar aplicações. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

LUÍS LEITÃO: Questiona qual o objetivo estratégico com a divisão entre um milhão de euros para património e mais um milhão de euros para reservas legais. -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde ao membro Luís Leitão, dizendo que é uma opção contabilística dando continuidade à linha de orientação levada a cabo nestes últimos anos.-----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as segundas, tendo-se inscrito:-----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS.-----

LUÍS LEITÃO: Considera ser mais importante, trazendo mais benefício reforçar o valor em património.-----

O Presidente da Mesa pergunta ao Presidente da Câmara se pretende responder , o qual declina. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria com vinte e dois votos a favor (13 PSD, 7 PS e 2 CDS/PP) e duas abstenções dos membros do PCP e BE. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 4 - Apreciação e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2014;-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:-----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Explica que a revisão se deve à transição do saldo de 2013, sendo um reforço para o ano em curso. Este é reflexo da recente prestação da AdRA em receita.-----

No que respeita à alteração do Plano, há nova rubrica de 20 mil euros para o Plano Estratégico que anteriormente não estava previsto e outra nova rubrica em terrenos da Biblioteca Municipal com valor reduzido por ainda não se saber qual a evolução deste processo.-----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS.-----

LUÍS LEITÃO: Afirma que se não houvesse preocupação com o processo da Biblioteca como se pretende fazer querer, não existiria a abertura de uma nova rubrica, esta deveria ter sido prevista na elaboração do Plano por se verificar o desconhecimento da evolução deste processo.-----

DANIEL SANTIAGO: Solicita mais esclarecimentos sobre a diminuição da receita. -----

CARLA LIMA: Apesar de algumas das alterações revistas, considera que não alteram a natureza do Plano e Orçamento, reiterando que não corresponde a uma melhoria na qualidade de vida dos munícipes. -----

Questiona por que motivo há acréscimo de 20 mil euros para estudos quando existem técnicos municipais capazes de efetuar esses trabalhos de consultoria. -----

O Presidente da Assembleia dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Discorda da intervenção do membro Luís Leitão, demonstrando tranquilidade em tudo o que respeita ao processo da Biblioteca Municipal. -----

Responde ao membro Carla Lima que os reforços de 20 mil euros são respeitantes a todas as fases do processo.-----

O Presidente da Assembleia pergunta se há novas intervenções o que não acontece, colocando de imediato o ponto em análise a votação.-----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria com vinte e dois votos a favor (13 PSD, 7 PS e 2 CDS/PP) e duas abstenções dos membros do PCP E BE. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta.-----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 5 - Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos com as quatro Juntas de Freguesia;-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Refere que os contratos interadministrativos apresentados são fruto da aplicação da nova Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro em que as Juntas de Freguesia, consoante as suas capacidades logísticas e humanas, conjuntamente com apoio financeiro da Câmara Municipal pudessem prestar serviços de qualidade às freguesias, permitindo a que no futuro esta delegação de competências venha a ser alargada a outras áreas.-----

O Presidente da Mesa abre inscrições habituais, tendo-se inscrito:-----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS-----

ANTÓNIO PINHO: Considera positiva a delegação de competências, visto que a proximidade junto dos municípios permite cautela em diversos problemas a resolver.-----

CARLOS ROCHA: Sobre a nova Lei, afirma que as Juntas de Freguesia não eram valorizadas. Os atuais entendimentos entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia torna a proximidade numa mais-valia junto dos municípios.-----

AUGUSTO ROCHA: Afirma que pelo facto de os autarcas nas Juntas de Freguesia conhecerem melhor as populações, estas transferências de competências irão permitir a resolução mais célere e satisfatória de muitos problemas.-----

LUÍS DIAMANTINO: Apesar das muitas lacunas na Lei, este contrato dá ferramentas às juntas de freguesia para executarem muitas tarefas anteriormente impossíveis de realizar sem apoio.-----

JOÃO BERNARDO: Considera a lei vigente mal elaborada, afirmando ser uma opinião unânime. Da sua análise aos contratos, verifica que estes traduzem uma negociação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, demonstrando boa vontade de ambas as partes a bem da comunidade.-----

CARLA LIMA: Havendo consenso entre os intervenientes, demonstrando confiança nas Juntas de Freguesia indica ser favorável à aprovação dos mesmos.-----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Assembleia dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Reitera que se está a dar cumprimento à lei vigente pretendendo que os municípios sejam beneficiados com esta delegação de competências.-

O Presidente da Assembleia verificar não haver novas inscrições e submete o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta.-----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do último ponto da Ordem de Trabalhos, Ponto 6 - Apreciação e votação da Propostas de Adesão ao Pacto de Autarcas;-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento. O Presidente da Câmara, informa que sendo assunto tendo sido tratado integralmente pelo Vice-presidente, Marcos Ré, o próprio vai esclarecer a Assembleia.-----

MARCOS RÉ: Começa por explicar que este processo teve início no âmbito de um trabalho da CIRA através da RUCI –Plano de Ação para Rede Urbana para Competitividade e Inovação e do qual se desenvolveu o Pacto de Autarcas, que contribui para o desenvolvimento estratégico e sustentável dos municípios através da redução de emissão de CO2.-----

Pretende-se que até 2020 se reduza em 20% a emissão de CO2 e como tal há três fases a cumprir: a assinatura do Pacto, a entrega do Plano de Ação e a Mobilização desse trabalho resultante de análise prévia. Assim, os compromissos principais são: criação de um inventário das emissões; Plano de Ação em Matéria de Energia Sustentável, Adaptação das estruturas de edifícios dos municípios e a adesão ao Cluster de Habitação Sustentável.

O Presidente da Mesa pergunta aos membros se pretendem esclarecimentos adicionais o que acontece e inscrevem-se:-----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS-----

EDUARDO CONDE: Diz que a vivência das cidades é cada vez maior, e, considera ser necessário a criação de melhores condições que permitam a humanização das mesmas, tanto em termos ambientais como (mais prementes) sociais.-----

JOÃO ROQUE: Considera que são estas medidas que a longo prazo permitirão criar estruturas, neste caso ambientais, potenciando boas práticas de âmbito municipal. Questiona quais são as iniciativas concretas nesta área.

HUGO ROCHA: Sendo esta uma das mais importantes lutas da União Europeia, considera positivo apelar aos ilhavenses mais rigor, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.-----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Assembleia dá a palavra ao Vice-presidente para responder às questões colocadas:-----

VICE-PRESIDENTE (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde aos membros dizendo que, sendo hoje nas cidades que o maior número das pessoas se concentra e têm a sua vivência, devem se r criadas condições, para o seu

contributo na obtenção e preservação de melhores condições de vida.-----

Exemplifica, com medidas já tomadas na nossa Câmara como: a criação do Ecocentro Municipal, a educação ambiental nas escolas e camadas mais jovens, as ciclovias, entre outras.-----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

JOÃO ROQUE: Reconhece que se têm implementado importantes mbito da educação ambiental e sugere medidas concretas para o Plano de Acção para a Energia Sustentável como criação de uma rede de ciclovias entre as freguesias uma melhor rede de transportes públicos, entre estas, para que as pessoas deixem de utilizar tanto o automóvel, ou, equipar escolas com painéis fotovoltaicos.-----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Assembleia dá a palavra ao Vereador Marcos Ré para responder às questões colocadas:-----

VICE-PRESIDENTE (RESPOSTA AOS MEMBROS): Verifica contradição no discurso do membro João Roque porque muitas das medidas exemplificadas já foram aplicadas e por isso entende que o município se encontra no bom caminho.-----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa anuncia que, terminada a Ordem do Dia, desta Sessão dá por finda a mesma pelas 00H55, do dia seguinte, 03/05/14.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, e que vai ser assinada por mim e pelo Presidente da Assembleia.

O Presidente da Assembleia _____.

O 1º Secretário _____.

ESTA ATA FOI APROVADA POR MAIORIA, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/06/14